

2ª EDIÇÃO: 6/2019

---

**JUNHO/2019 - BOLETIM INFORMATIVO**



**CIJ-TJPR**

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE



**CONSIJ-PR**

CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

## **BOLETIM INFORMATIVO**

O Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude, através da Coordenadoria Estadual, apresenta a 2.<sup>a</sup> edição do Boletim Informativo. O documento de publicação bimestral, trata das ações realizadas pela equipe que compõe a CIJ e o CONSIJ/PR e atividades afetas a área da infância e juventude realizadas nas Comarcas do Estado do Paraná.

---

### **OBJETIVO**

Informar à comunidade interna e externa do Tribunal de Justiça do Estado Paraná acerca das atividades desenvolvidas através de projetos, políticas e programas em prol da Infância e da Juventude no Estado do Paraná.

---

### **CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

#### **PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

#### **DIRIGENTE DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

Juíza Noeli Salete Tavares Reback

#### **EQUIPE TÉCNICA:**

Adriana Mendes Pires de Campos

Arlete Maria Campestrini Kubota

Denise de Araújo Vosnika

Gesler Luis Budel

Huguete de Oliveira Carneiro

Margarete Challela

#### **ESTAGIÁRIAS:**

Emmanuele Padovani Pinto

Letícia Abigail Alves César

#### **APRENDIZ:**

Elisa Bueno Ghizelini

## **DESENVOLVIMENTO**

Letícia Abigail Alves César

---

## **REVISÃO**

Letícia Abigail Alves César

---

## **SUPERVISÃO**

Juíza Noeli Salete Tavares Reback

---

## ABRIL

### DESIGNAÇÕES CONSIJ/CIJ

O Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, delegou, através da Portaria N° 4433-D.M, a representação da Presidência do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude ao Desembargador Fernando Wolff Bodziak.

Cabe ressaltar o agradecimento ao Desembargador Ruy Muggiati pelos trabalhos prestados à frente deste Conselho, desenvolvendo ações e projetos voltados ao constante aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude, sem medir esforços na busca pela garantia dos direitos das crianças, adolescentes e famílias do Estado do Paraná.

Em tempo, através da Portaria n. 5776-D.M, o Excelentíssimo Presidente deste Tribunal de Justiça designou a Doutora Luciana Assad Lupi Ballalai, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Foz do Iguaçu, para atuar na 8ª Coordenadoria da Infância e Juventude.

---

## ABRIL

### DOS RESULTADOS OBTIDOS NA 4ª EDIÇÃO DO ENCONTRO DE PREPARAÇÃO ON-LINE PARA PRETENDENTES À ADOÇÃO



A 4ª edição do Encontro de Preparação On-line contou com cerca de 800 participantes de 107 Comarcas ou Polos da Uninter, de 10 Estados: Bahia; Minas Gerais; Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; Paraná; Rio Grande do Sul; São Paulo; Pará; Paraíba; Rondônia. Estão sendo entregues 588 certificados para os participantes que tiveram 100% de frequência.

Contou-se com a participação dos palestrantes: Des. José Augusto Gomes Aniceto – Corregedor-Geral da Justiça; Des. Clayton de Albuquerque Maranhão – Diretor-Geral da EMAP; - Des. Ruy Muggiati - então Presidente do CONSIJ; Dr. Geraldo Dutra de Andrade Neto – Presidente da AMAPAR; Dr. Sérgio Luiz Kreuz - Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná; Dr. Fábio Ribeiro Brandão - Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude e Adoção da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central; Psicólogas do

Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial às Varas da Infância e da Juventude de Curitiba/PR (Niapvij; Vera Regina Miranda: Psicóloga, mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência, terapeuta, escritora e autora de jogos; Lídia Weber: Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Experimental, com Pós-doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília. Celso



Roberto Corrêa – Pai pela via da adoção e membro do GAACO; Luiz Antonio Maganhoto e Daniel Antonio Bianelli – Pais pela via da adoção e membros do GAACO; Mariane Cristina Gomes Viana e Marcos Alan Viana– Pais pela via da adoção e membros do GAACO; Hália Pauliv de Souza: Mãe e avó pela via adotiva, militante e autora de diversos livros sobre adoção e sexualidade; Renata Pauliv de Souza Casanova: Filha, irmã e tia pela via adotiva, Psicóloga, Coordenadora da Região Sul da ANGAAD; Haryanna de Lima Lobo, psicóloga do



Lar Infantil Sol Amigo; Vanessa Macedo, Vice-Presidente do GAACO; Michele Gonçalves Vidal, Psicóloga do Fórum de Almirante Tamandaré; Adriana Mendes Pires, compõe a equipe técnica do CONSIJ, Coordenadora do Aplicativo A.DOT; Adriana Milczewiski, Militante e mãe por adoção.

A equipe de organização da preparação de pretendentes avaliou os resultados positivamente, contando com a parceria da equipe da Escola da Magistratura do Paraná, que atuou na transmissão dos encontros, bem como a parceria com os Polos da Faculdade Internacional – UNINTER.

## **ABRIL**

### **PLANEJAMENTO DO WORKSHOP – LEI 13.431/2017**

No dia 15 de abril a equipe técnica da Conselho de Supervisão dos Juízos e da Coordenadoria da Infância e da Juventude se reuniu com o Centro de Apoio das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação do Ministério Público do Estado do Paraná (CAOPCAE-MPPR), a fim de elaborar projeto de Workshop para discussão sobre a escuta e o Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência.

O projeto “Considerações sobre a escuta e o Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência” surge da necessidade de implementação e alinhamento no entendimento dos atores do Sistema de Justiça envolvidos no Depoimento Especial, em conformidade com a Lei n. 13.431 de 4 de abril de 2017, contemplando magistrados, promotores, equipes técnicas dentre outros, com discussões objetivas e práticas sobre os cuidados que envolvem essa escuta de modo a fundamentar a atuação, trocar experiências e estabelecer fluxos de trabalho, tendo como foco o aprimoramento do trabalho desenvolvido com a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.

Por meio dessa interação, pretende-se trazer à tona algumas discussões referentes aos cuidados fundamentais na prática e no método do Depoimento Especial dessas crianças e adolescentes, sensibilizando para a importância de uma escuta com olhar diferenciado e especializado na proteção dos que sofreram ou presenciaram violência, para que não sejam expostas novamente, correndo o risco de revitimizá-las.

Para que esse alinhamento aconteça da melhor forma possível, sem prejuízo para a criança/adolescente, a articulação externa é um ponto indispensável nesse processo, contando com a colaboração dos magistrados e promotores na replicação desse alinhamento para a rede. As equipes seguem desenvolvendo o planejamento necessário para a implementação da proposta, que deve ocorrer no segundo semestre do corrente ano.

---

## **ABRIL**

### **FÁBRICA DE OPORTUNIDADES PROMOVE DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS**



No dia 25 de abril, no auditório do SENAC de União da Vitória, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da cidade promoveu o lançamento oficial do programa “Fábrica de Oportunidades”. O programa reúne subprojetos e ações voltados para a promoção dos direitos dos adolescentes e jovens, como acesso aos serviços culturais, esportivos e educacionais, inclusão digital, e inserção no mundo do trabalho por meio da ação Aprendizagem – Jovem Aprendiz. O evento teve como objetivo principal potencializar o Programa de Aprendizagem Profissional junto ao meio empresarial local.

O Dr. Carlos Eduardo Mattioli Kockanny apresentou o programa aos participantes com o intuito de conscientizar empresários e instituições a respeito da importância da contratação de adolescentes e jovens pelo Programa de Aprendizagem. A inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade é uma alternativa de inserção social e de promoção da autonomia e do protagonismo juvenil, uma vez que o Programa de Aprendizagem está vinculado à matrícula, à frequência e ao bom desempenho escolar, colocando, assim, a Educação como ferramenta para a transformação social.



Em seguida, a Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) e gestora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem (PCTIR), Rosemarie Diedrichs Pimpão, enfatizou: “É preciso que as empresas utilizem a ferramenta da aprendizagem para combater o trabalho infantil, exercitando a sua responsabilidade social, porque, afinal, estamos tratando do futuro dos nossos jovens e adolescentes, cumprindo o artigo 227 da nossa Constituição que confere prioridade absoluta à proteção da criança, adolescente e jovem.”

Na sequência, o auditor fiscal do Trabalho e Coordenador do Projeto de Inserção de Aprendizizes da Superintendência Regional do Trabalho do Estado do Paraná, Doutor Rui Alberto Ecke Tavares, abordou aspectos diversos sobre a Lei da Aprendizagem e, também, sobre o processo de inserção de aprendizizes no mercado de trabalho e execução do contrato.

O Juiz Carlos Mattioli comemorou o sucesso do evento: “A repercussão foi muito positiva. Já no dia seguinte, um empresário local procurou o CEJUSC para a contratação de uma vaga de aprendizagem. Nossa equipe encaminhou dois candidatos - uma adolescente e um jovem, com o perfil solicitado - para entrevistas e análise, o que ocorreu no próprio Fórum, sendo que, para a nossa surpresa, ambos foram selecionados para início imediato”.

## Participações

A cerimônia contou com a participação da Juíza de Direito Noeli Reback representando o Conselho de Supervisão e Coordenadoria dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ-CIJ/PR), que coordena, na Comarca de Ponta Grossa, o projeto Jovem Cidadão no Mercado de Trabalho, que dará suporte à Comarca de União da Vitória.

Também se fizeram presentes as demais instituições parceiras do Programa: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de União da Vitória (SENAC), Centro Integração Empresa-Escola do Paraná - União da Vitória (CIEE), Associação Comercial e Empresarial de União da Vitória (ACEUV), Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL) de União da Vitória e Porto União, Prefeitura Municipal de União da Vitória e Núcleo Regional de Educação de União da Vitória (NRE).

## Atendimentos aos interessados

Nos próximos dias, o CEJUSC promove campanha para esclarecer adolescentes, jovens e empresários interessados sobre o funcionamento do programa “Fábrica de Oportunidades”.

Empresários interessados em contratar jovens aprendizes podem procurar o setor de Pedagogia do CEJUSC, pessoalmente, de segunda à sexta-feira, das 14h às 17h, ou por meio dos telefones (42) 3523 8859 e (42) 3523 8460, ramal 8031.

---

## MAIO

### REUNIÃO DE COORDENADORES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE



Em 13 de maio, com a participação de Magistrados Coordenadores Regionais da Infância e da Juventude do Paraná, tanto presencialmente quanto via videoconferência, o Desembargador Fernando Wolff Bodziak (Presidente do CONSIJ) e a Dra. Noeli Salete Tavares Reback (Coordenadora da CIJ) realizaram reunião nos termos deliberados no 2º Encontro de Magistrados do Paraná.



Contando também com a participação do Dr. Sergio Luiz Kreuz, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e a equipe técnica do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude, a reunião teve como pauta principal as atividades desenvolvidas pela CIJ/CONSIJ, tais como: Funcionamento as Coordenadorias Regionais - Projeto de Regionalização; AJA – Acolhimento de Jovens Aprendizizes; A.DOT; Implantação da metodologia de Depoimento Especial – Capacitação e estrutura física das Comarcas; Capacitação de ingresso à carreira; Programação das atividades do dia de combate a violência sexual infanto-juvenil e Semana da Criança.



Os trabalhos foram no sentido de informar a todos acerca do andamento de cada uma das ações desenvolvidas pela CIJ/CONSIJ, bem como possibilitar questionamentos e troca de experiências, sendo voltada a proposição de atuação.

---

## MAIO

### 18 DE MAIO - DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Poder Judiciário Paranaense vem implementando ações para melhorar o atendimento às vítimas de abuso e exploração sexual. Na última quarta-feira (14/5), foi lançado o Plano Regional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes no Fórum Descentralizado do Boqueirão, em Curitiba.



Esse plano traz dados a respeito dessa violência e aponta estratégias para combatê-la. Ele começou a ser elaborado em 2017 e tem foco no protagonismo das ações do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

## FORTIS – Força-Tarefa Infância Segura

Os Poderes Judiciário e Executivo estão desenvolvendo atividades integradas e coordenadas de enfrentamento das violências e dos crimes contra às crianças e os adolescentes, desde fevereiro deste ano. O Força Tarefa Infância Segura (FORTIS) tem como objetivo a promoção de campanhas de conscientização, sensibilização e orientação e, ainda, a divulgação dos canais de denúncia do Estado do Paraná. Esse projeto tem também como propósito a interiorização das ações.

## Protocolo de Escuta Especializada e Depoimento Especial

A Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) firmou, em fevereiro deste ano, o Ato Conjunto número 19/19, que regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência. Fazem parte desse normativa, o Ministério Público do Paraná, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil- seção Paraná, o Governo do Paraná, o Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e a Associação dos Conselhos Tutelares.

## Entrevista

O programa de rádio do TJPR, em sua primeira entrevista, destaca a importância do Depoimento Especial. Para falar sobre o assunto, foi convidado o magistrado Osvaldo Canela Junior, que atua na Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude de Curitiba.



Além de abordar o trabalho realizado no atendimento às vítimas de violência, o juiz destacou a importância da prevenção, falou sobre o papel do Judiciário e, também, trouxe informações à população referente aos canais de denúncia.

## Números

Segundo dados do Sistema Nacional de Atendimento Médico (SINAM), a cada 14 horas e meia, em Curitiba, uma criança ou adolescente é vítima de violência sexual. Na capital, no ano passado, foram registrados 599 casos de violência sexual.

Na Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude de Curitiba estão em trâmite 1,2 mil processos. Atualmente, há 3 mil inquéritos em andamento.

## Denúncia

Em todo o país o “Disque 100”, criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Ele funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive, aos finais de semana e feriados.

As denúncias são anônimas e podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100; e do exterior pelo número telefônico pago +55 (61) 3212-8400 ou pelo endereço eletrônico: [disquedenuncia@sedh.gov.br](mailto:disquedenuncia@sedh.gov.br)

---

## MAIO

### PATO BRANCO



A Vara da Infância e Juventude da Comarca de Pato Branco participa de ações alusivas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Realizou-se no dia 18 de maio de 2019, em parceria com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e do Adolescentes – CMDDCA e a Comissão de Divulgação do Fluxo de Atendimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Violência no Município de Pato Branco/PR, atividades de sensibilização e conscientização da população quanto ao referido tema no espaço do Largo da Liberdade em Pato Branco/PR.

Na ocasião, acontecia o evento “Fazendo Arte” promovido pela Secretaria Municipal da Cultura juntamente com a Academia Patobranquense de Letras. Os organizadores cederam um espaço, no qual foi realizada uma oficina de desenho para crianças e adolescentes.

Participaram desta oficina 33 crianças e adolescentes que produziram desenhos representando os Direitos das Crianças e Adolescentes e retratando também situações de violação destes.

Serão selecionados alguns desenhos produzidos para ilustrar um Instrutivo produzido pela Comissão de Divulgação do Fluxo de Atendimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Violência no Município de Pato Branco/PR, a ser lançado nos próximos meses.

Além da proposta de atividade com as crianças e adolescentes, o momento oportunizou aproximação com a população que circulava no local, conversando sobre o papel social no combate a violência e exploração sexual infantil, bem como quanto à forma de notificação em nosso município.



## MAIO

### PONTA GROSSA



A Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Ponta Grossa realizou ação de visibilidade ao dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Pela manhã teve ação no terminal central de Ponta Grossa, coordenada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância e Adolescência – INEPIA. Profissionais de instituições que prestam atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência distribuíram panfletos e conversaram com quem passava pelo local, a fim de informar a população acerca da prevenção e dos meios de denúncia para os casos de violência.



Cleide Lavoratti, coordenadora do NEPIA informou que a população pôde receber orientação de serviços jurídicos, psicológicos e de Serviço Social, bem como com a rede de proteção e com os projetos de extensão que atuam frente a esta demanda. De acordo com o NUCRIA, nos primeiros 5 meses de 2019, houve um aumento de 33% no número de inquiridos na cidade.



## MAIO

### EQUIPE DA CIJ REALIZA REUNIÃO NA COMARCA DE PONTA GROSSA



Em 21 de maio, com a pauta sobre as principais demandas do CONSIJ e da CIJ para os próximos meses, a equipe do Conselho foi até a Comarca de Ponta Grossa para participar de reunião com a Dra. Noeli Reback, Magistrada dirigente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Paraná. O grupo discutiu questões como as metas do

grupo e a divisão das tarefas que são realizadas; a realização do III Encontro de Magistrados e a organização do I Fórum Estadual dos Juízes Coordenadores da Infância e da Juventude.

Por fim, deliberou-se acerca das principais medidas resolutivas a serem adotadas pelo grupo de trabalho, em prol da distribuição de demandas internas; a continuidade das ações para implementação da metodologia de Depoimento Especial; e os trabalhos para a realização da semana de incentivo à adoção, decorrente do Dia Nacional da Adoção.

## MAIO

### JUIZ VIVE EXPERIÊNCIA DE APADRINHAMENTO AFETIVO EM CAMPO MORÃO



só flores”.

Juiz há mais de 11 anos na Vara da Infância e Juventude em Campo Mourão, o Dr. Edson Jacobucci Rueda aponta que sua família recebe mais do que proporciona às crianças e adolescentes, “É mais edificante para os nossos filhos que para as próprias crianças. Eles têm a chance de ver que o mundo não é

O envolvimento afetivo evoluiu, o casal começou a fazer passeios com as crianças e depois veio o fim de semana em casa com elas. O que o Magistrado chama de “teste” durou cerca de 1 ano e serviu de base para que ele e o Promotor, Dr. Luciano Rahal pudessem formatar o programa. “Tivemos conversas com equipes técnicas e as duas entidades. O teste que fiz serviu para alinhar algumas coisas, perceber o que poderia ou não dar certo”.

O programa de apadrinhamento é realidade em outros municípios brasileiros e o Fórum começou a trabalhar para adequá-lo à realidade da cidade. O programa envolve as entidades de acolhimento. Uma das



premissas do programa é manter o sigilo, não expor a criança ou adolescente apadrinhado em locais públicos para evitar encontrar os familiares de origem, o que podem gerar constrangimentos.

O “Apadrinhar para Transformar” tem três vertentes: o apadrinhamento de abrigo, com a ajuda coletiva na forma de prestação de serviços e materiais. O apadrinhamento financeiro, que prevê o financiamento de cursos profissionalizantes e atividades esportivas, por exemplo. E o apadrinhamento afetivo, com as visitas e permanência temporária de crianças e adolescentes. “Eles são bem atendidos materialmente nas entidades, mas falta o contato, ter pessoas como referência”.



## MAIO

### 25 DE MAIO - CONSIJ E CIJ LANÇAM CAMPANHA DE INCENTIVO À ADOÇÃO



Trabalho do Tribunal de Justiça do Paraná é realizado pelo CONSIJ e pela CIJ, responsáveis pela área da Infância e da Juventude no Estado, em conjunto com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA.

O Paraná está entre os Estados brasileiros que mais trabalha para garantir um lar para as crianças e os adolescentes que foram destituídos do poder familiar e, portanto, estão aptos à adoção. Somente em 2018, foram realizadas 308 adoções no Estado. Além do trabalho dos magistrados, servidores e da equipe multidisciplinar, também atuam incessantemente para garantir os direitos dessas crianças e adolescentes o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ-PR), a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ-PR) e a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA).

A partir do dia Nacional da Adoção, comemorado em 25 de maio, inicia campanha para dar maior visibilidade às meninas e meninos que estão no aguardo de uma família. O CONSIJ e a CIJ prepararam vários vídeos e artigos explicativos, que abordam diversos temas relativos à adoção. Dentre os assuntos que serão destacados estão os caminhos do processo da adoção legal e inúmeras atividades em todo o Estado, culminando em evento de comemoração de 1 ano de funcionamento do aplicativo A.DOT, no dia 28 de maio, no prédio do Palácio da Justiça.

Neste ano, o Judiciário Paranaense dará especial enfoque à adoção tardia, voltada às crianças e aos adolescentes com perfis especiais ou com grupo de irmãos.

Adotar é um Ato de Amor!

## DIA NACIONAL DA ADOÇÃO



Lançada a Campanha de Incentivo à Adoção, promovida pelo Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ-PR), pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ-PR) e pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), tendo em destaque o incentivo à adoção tardia. A produção do material foi realizada pela equipe da Comarca de Foz do Iguaçu.

### Cadastro Nacional de Adoção

Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), 9.530\* crianças e adolescentes podem ser adotados. Já o número de pretendentes habilitados é de 42.478\*, e outros 246\* estão habilitados para adoção internacional.

Somente no Estado do Paraná, há 952\* crianças e adolescentes esperando por um lar. E o número de habilitados é de pouco mais de 3 mil.

**\*Os dados são do CNA e foram obtidos na semana de 20 a 24 de maio de 2019.**

---

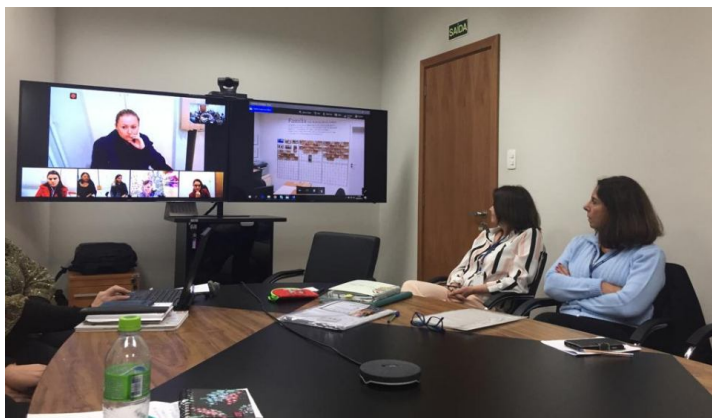
## I SEMANA DA ADOÇÃO NO JUDICIÁRIO

### WORKSHOP – APLICATIVO A.DOT

No dia 25 de maio o App A.DOT completou seu primeiro ano de funcionamento. Optamos por iniciar as comemorações com um Workshop que teve por objetivo apresentar os processos de atuação do App junto as Comarcas que possuem crianças e adolescentes inseridos no A.DOT.

Buscou-se estabelecer um diálogo com Magistrados e Equipes Técnicas de forma a avaliar: os instrumentais técnicos utilizados, o fluxograma quando da inserção no App, assim

como o fluxograma quando da indicação de pretendente que manifesta o desejo de uma aproximação.



A atividade possibilitou o compartilhamento das experiências das Comarcas participantes (Curitiba, Pinhais, Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Irati, Umuarama e Almirante Tamandaré), assim como apresentação da metodologia utilizada pela CEJA acerca da aproximação a distância,

utilizada por eles.

Destacamos a contribuição para o debate da Magistrada Camila Tereza Gutzlaff Cardoso de Londrina e do Magistrado Jose Aristides Catenacci Junior e equipe, estes responsáveis pela primeira adoção realizada pelo Aplicativo. A Técnica de Irati, Maria Lucia Lupepsa e Denise Vonsika, apresentaram o caso da família que manifestou interesse em um grupo de 4 irmãos pelo A.DOT e com o apoio deste CONSIJ, na elaboração do passo a passo desde o preparo até o início do estágio de convivência.

E para concluir a apresentação de trabalhos, tivemos a apresentação do Dr. Fabio Ribeiro Brandão do Projeto: Proteção em foco, com um formato específico da 1ª. Vara da Infância que envolve toda a equipe técnica e demais servidores, no sentido de priorizar a garantia do direito a convivência familiar e comunitária.



Tivemos a participação ainda, do Grupo de Apoio a Adoção, cuja equipe é a responsável pelas mídias do A.DOT, na recepção dos vídeos e edição. Também estiveram nos dois dias de discussão, a equipe da Agencia Bla&Blu, que foram responsáveis pelo desenvolvimento da plataforma.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA CELEBRA UM ANO DE EXISTÊNCIA DO APLICATIVO A.DOT



As pessoas que utilizam o aplicativo A.DOT, que completa um ano de existência, já têm muita história para compartilhar. Desde que passou a funcionar no Paraná, sete crianças e adolescentes ganharam um lar. Duas adolescentes

(irmãs), que estavam em uma instituição em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram adotadas por um casal que reside na região norte do Estado. Outra adolescente, que estava inserida no A.DOT, foi adotada por um casal de São Paulo. E essas histórias cheias de amor e esperança não terminam por aqui.

Atualmente, o aplicativo A.DOT possui 117 crianças e adolescentes cadastrados. Desse total, 17 estão em estágio de convivência e outros 20 processos encontram-se em análise nas Varas de Infância e Juventude do Estado.

De acordo com o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e idealizador do projeto, Dr. Sérgio Luiz Kreuz, o A.DOT é mais uma ferramenta para garantir que essas crianças e adolescentes, muitas vezes esquecidos pela sociedade, tenham a possibilidade de encontrar um lar. "O abrigo é muito cruel, ele não permite que a criança ou adolescentes



construa vínculos de afinidade e de afetividade. Quando alcançam a maioridade, simplesmente, recebem como presente de aniversário a sua despedida do acolhimento. E, assim, estão sozinhos no mundo! Eles têm que se virar sozinhos. Já não possuem mais vínculos com a sua família de origem, não têm mais ninguém que olhe por eles. Nós temos que fazer cumprir a Constituição Federal, principalmente o artigo 227, pois é dever do Estado assegurar e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. A adoção é uma dessas formas, por isso a tecnologia vem ao encontro para assegurar esse direito", esclarece.

O idealizador do projeto Sérgio Luiz Kreuz conversou com a equipe de comunicação do TJPR e explicou como essa ideia está logrando êxito não só no Paraná, mas também em



outros Estados brasileiros, que vêm solicitando o uso do aplicativo. Até semana passada, mais de 12 mil acessos foram registrados na plataforma.



No dia 28 de maio foi realizado um evento no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) para celebrar os bons resultados do primeiro ano de funcionamento do aplicativo A.DOT. Essa ferramenta tecnológica, pioneira no Brasil, dá visibilidade às crianças e aos adolescentes que não se encaixam no perfil mais procurado pelos pretendentes à adoção. O evento reuniu magistrados e representantes de entidades que atuam na área.

Um dos principais idealizadores do projeto, o Juiz Auxiliar Sérgio Luiz Kreuz, da Corregedoria-Geral da Justiça do TJPR, explicou que a ideia surgiu a partir de sua participação no XXII Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, realizado em Fortaleza (CE) em 2017. A partir daquele ano, ele reuniu representantes de grupos de apoio e entidades parceiras, como a agência Bla&Blu e o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região, que tornaram possível a criação e a efetividade do A.DOT. “Esse é o primeiro aplicativo de adoção do Brasil, e talvez do mundo. Ele não foi feito para curiosos, mas para aqueles que já passaram por todo o processo de habilitação”, explicou.

### **A efetividade da tecnologia em favor da adoção**



Desde a criação do A.DOT, quase 13 mil pessoas já fizeram o download da plataforma nas lojas de aplicativos de celulares. Desse total, em torno de 4 mil tiveram autorização para acessar as informações das crianças e dos adolescentes. Qualquer magistrado do Brasil pode encaminhar vídeos e fotos para inclusão no aplicativo e esse material é acessado pelos pretendentes à adoção autorizados a usar a plataforma.

Depois de um ano de criação, o A.DOT já está se expandindo para outros estados brasileiros, como Mato Grosso e Minas Gerais. Atualmente, 8 crianças e adolescentes já foram

adotados pelo aplicativo, e outros 20 estão na fase de convivência com as famílias. “Essas adoções estavam praticamente inviabilizadas. Essas crianças não iriam mais ser adotadas”, explicou o Juiz Sérgio Kreuz.

A jornalista Adriana Milczewsky, presidente do Grupo de Apoio à Adoção de Curitiba, foi uma das pessoas responsáveis pela implantação do A.DOT. Ela afirmou que o objetivo do projeto é fazer com que não existam mais crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, precisando de uma família. “Ninguém é alguém sem outro alguém. E o pai e a mãe são justamente aqueles que acolhem, que ensinam o que é certo e o que é errado”.

### **Tornar possível o que poderia ser impossível**

Apesar de existir um número maior de pretendentes à adoção do que crianças e adolescentes à espera de uma família, boa parte delas não se encaixa no perfil pretendido e infelizmente acaba ficando muitos anos em acolhimento institucional. O Presidente do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ-PR), Desembargador Fernando Wolff Bodziak, lembrou de alguns avanços verificados nos últimos anos nessa área,

como uma Lei de 2009 que previu uma série de medidas para diminuir o tempo de acolhimento e aumentar o número de adoções. Ele também destacou o surgimento do apadrinhamento afetivo, a partir de 2017. Essa medida busca garantir que crianças e adolescentes formem vínculos afetivos com pessoas de fora da instituição de acolhimento.



O Presidente do CONSIJ-PR afirmou que o surgimento do A.DOT está alinhado a esses importantes avanços: “Este aplicativo veio preencher uma lacuna, como se fosse um instrumento para lapidar o Cadastro Nacional de Adoção. Ele serve como um instrumento muito valioso para humanizar a aproximação. O A.DOT está tornando possíveis adoções impossíveis”.

Para o Presidente do TJPR, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, essas iniciativas são um exemplo de como o Poder Judiciário deve atuar. “Não podemos ter uma visão tradicional de que existimos simplesmente para a pacificação social. Nós também temos



como missão deixar as pessoas felizes e é isso que vocês estão fazendo”, afirmou o Desembargador Xisto ao parabenizar a equipe responsável pela criação do aplicativo, reconhecendo o sucesso no desenvolvimento das atividades.

## PATO BRANCO

Em comemoração ao Dia Nacional da Adoção, a Vara de Infância e Juventude da Comarca de Pato Branco realizou evento visando informar os pretendentes habilitados na Comarca sobre o trabalho realizado pelo Juízo, assim como incentivar e fortalecer a formação de Grupo de Apoio à Adoção dos voluntários da Comarca. O evento teve início às 18h30 e término às 21h30. O evento contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas.



Na programação do evento foram apresentados dados sobre o panorama atual da adoção na Comarca de Pato Branco; apresentação do Projeto de Visitas Monitoradas às Instituições de Acolhimento, e o



Aplicativo A.dot. Ao final, foi reservado um momento para o relato de experiências de famílias que adotaram na Comarca. Foi lançado o Programa de Visitas Monitoradas às Instituições de Acolhimento voltado apenas para Pretendentes à adoção, e também foi apresentado o aplicativo A.DOT.

## PONTA GROSSA

No decorrer da semana a Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa realizou atividades alusiva à data comemorativa, destacando-se reuniões com pretendentes à adoção, audiências concentradas, visitas monitoradas nas entidades de acolhimento, entrevistas e coberturas jornalísticas da imprensa local, evidenciando a campanha voltada a adoção tardia.



Foi realizada uma importante cobertura pela imprensa local, com a divulgação de dados e informações em entrevistas, a fim de demonstrar os resultados positivos na efetivação de adoções tardias e de grupos de irmãos.

### Mudanças de perfil

Nos últimos dois anos, em Ponta Grossa, foram registradas 60 adoções de crianças pela Vara da Infância e Juventude. "Em todo esse período, um dos fatores que mais chamou a atenção foram as mudanças de perfis dos cadastrados na adoção. "Antes, a busca era somente por bebês. Mas, há alguns anos, houve um grande avanço na procura por crianças maiores.



Estamos fazendo mais adoções para perfis diferenciados: crianças mais velhas, que tenham algum tipo de doença física ou doença grave. Isso é muito bom. É resultado de um trabalho que se faz nos grupos de serviço de apoio à criança que trabalha esse olhar junto aos cadastrados, mostrando os "perfis diferenciados", relata a juíza da Vara da Infância e Juventude, Noeli Reback.

A Magistrada explica que interesses por grupos de irmãos também "não eram comuns no Brasil. "Com a mudança de pensamento, "e um intenso trabalho, nós estamos conseguindo

mudar e "muito esta realidade. Atualmente, estamos com oito crianças "em Ponta Grossa aptas para adoção", comenta.

---

## JOVEM CIDADÃO QUALIFICA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

O projeto Jovem Cidadão no Mercado de Trabalho, desenvolvido pela Vara da Infância e Juventude, em parceria com diversas entidades, completou um ano em Ponta Grossa. A ação dá oportunidades para que adolescentes, de 14 a 18 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade social, possam se desenvolver, pessoal e profissionalmente através da inserção nas empresas.



De acordo com a Dra. Noeli Salete Tavares Reback, responsável pela Vara da Infância e Juventude, em um ano o projeto já inseriu 35 jovens no mercado de trabalho. "Vejo como um resultado maravilhoso. Os jovens precisam ter essa oportunidade de aprender. Vemos que em todo o Brasil não existe essa chance. Enquanto isso, os Centros de Socioeducação

(CENSE) estão cada vez mais cheios. Mas eles têm o direito e o Poder Judiciário tem a obrigação de oportunizar o aprendizado".

O Jovem Cidadão é fruto de uma cooperação técnica firmado pela Vara da Infância e Juventude em parceria com a 14ª e 15ª Promotorias do Ministério Público Estadual, "Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho, Fundação Municipal de Assistência Social e Associação "Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (Acipg).

Além da parceria com as entidades, diversas empresas são parceiras do projeto e acolheram os jovens para ofertar a aprendizagem. O objetivo para este ano, de acordo com a Magistrada, é aumentar ainda mais o número de oportunidades. "Queremos trazer parceiros que tenham força na comunidade para que os jovens possam prestar serviço em instituições e órgãos governamentais", destacou.

No evento os convidados foram recepcionados com apresentação musical do Projeto Música para Todos também coordenado pela Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa.

## Oportunidades

A ação só foi possível após alterações no Decreto 5.598 de 2005, realizadas em 2016 pelo Decreto 8.740 e a Portaria 693/17 do Ministério Público do Trabalho, que disciplina a contratação de aprendizes nesta modalidade. Com a alteração foi priorizada a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social.

“Dessa forma, um dos caminhos que viemos propor além da contratação direta da empresa de jovens aprendizes para a própria empresa, o empresário terá a possibilidade de contratar a fim de terceirizar a mão de obra para órgão público ou mesmo para entidade sem fins lucrativos”, lembrou a Dra. Noeli.

---

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES - ANOTE NA AGENDA:

**Junho** - Workshop Depoimento Especial (data a ser definida e divulgada pela equipe de organização);

**25 junho** – Seminário da região centro-oeste em Brasília/DF e assinatura do pacto Nacional pela 1ª infância, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e os atores da rede de atenção a primeira infância. A Juíza Coordenadora da CIJ assina o documento representando o FONAJUP – Fórum Nacional da Justiça Protetiva.

**24 a 27** de julho - I Fórum Estadual e III Encontro Magistrados da Infância e Juventude do Paraná.

---

## CENTRO DE APOIO DE ATENDIMENTO AO MAGISTRADO

Conforme deliberado no II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude do Paraná, a partir da necessidade de uma integração e agilidade, com o objetivo de prestar

informações de forma clara e objetiva, oferecendo apoio e suporte aos Magistrados, estabeleceu-se o Centro de Apoio de Atendimento ao Magistrado.

Deste modo, as servidoras Adriana Mendes Pires de Campos e Arlete Maria Campestrini Kubota ficam como referências para os encaminhamentos que se fizerem necessários, através dos respectivos contatos:

Arlete – telefone: (41) 3200-2600 e/ou e-mail: [ack@tjpr.jus.br](mailto:ack@tjpr.jus.br)

Adriana - telefone: (41) 3200-2602 e/ou e-mail: [amp@tjpr.jus.br](mailto:amp@tjpr.jus.br)